

Ata N.º 38/2012

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 30 minutos

Encerramento: 16 horas e 40 minutos

No dia dez do mês de setembro de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, Presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

João Augusto Ferreira de Sousa, em substituição de Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha
José António Salvador Rodrigues da Avó
Carlos António Pinto Coutinho
Maria Gabriela Gambóias dos Santos
Miguel António Duarte Cardia

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta minutos horas, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	Câmara Municipal Presidência/Vereação		
	Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores		
1	Aprovação da ata da reunião anterior		
2	Apresentação de cumprimentos de início de funções		Câmara Municipal do Paul
	Apoio Jurídico		
3	Legislação síntese		
	Gestão e Controle do Plano e Orçamento		
4	5.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012		
	Subunidade Orgânica de Contabilidade		

5	<p>Resumo Diário de Tesouraria</p> <p>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</p> <p>Apoio Administrativo às Obras Municipais</p>		
6	<p>Liberação de cauções – D. L. nº 190/2012, de 22 de Agosto</p> <p>Empreitadas de Obras Públicas</p>	<p>Informação DMOMSUT n.º 175/ 2012</p>	<p>Gestão de Obras Municipais</p>
7	<p>Operação: Estrada de Ligação da EM 515 à EN 118-1</p> <p>Reprogramação de 85% FEDER / Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013</p>	<p>ALENT-09-0550-FEDER-001264</p>	<p>Município de Benavente</p>
8	<p>Operação: Ligação da Estrada do Monte da Saúde à EN 118 (PROMEC) Reprogramação de 85% FEDER / Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013</p>	<p>ALENT-09-0550-FEDER-001263</p>	<p>Município de Benavente</p>
9	<p>Operação: Requalificação da Zona da Fateixa – Benavente - Reprogramação de 85% FEDER / Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013</p>	<p>ALENT-08-0231-FEDER-001248</p>	<p>Município de Benavente</p>
10	<p>Empreitada de "Fresagem e preenchimento com "binder" em troços na Estrada dos Operários Agrícolas e Estrada da Murteira (Circular Urbana), em Samora Correia "</p> <p>Conta da Empreitada / A Conhecimento</p> <p>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</p> <p>Subunidade Orgânica de Obras</p>	<p>4.1.1/02-2011</p>	<p>Construções Pragosa, S.A.</p>

	Particulares		
11	Licenciamento da edificação	96/2006	Dia Portugal - Supermercados, S.A.
12	Aprovação de arquitetura – A conhecimento	186/2010	Ernesto Fáblio Correia Nortista
13	Licenciamento da urbanização	1250/2011	Alfredo de Oliveira e Eulália da Luz Marques Rodrigues de Oliveira
14	Certidão de compropriedade/A ratificação	897/2012	Rute Cardoso Costa Baptista Pato
	Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo		
	Educação		
15	Proposta para atribuição de subsídios para a aquisição de material didático para as escolas do 1.º ciclo do ensino e de educação pré-escolar do município – Ano letivo 2011-2012		Informação DM CET n.º 69/2012, de 30 de agosto
16	Transportes escolares 2011/2012 – Devolução de 50% do Custo do transporte Pela CP – Retificação de Deliberação		Informação SOASE n.º 72/2012, de 5 de Setº
	Intervenção Social e Saúde		
17	Pedido de prorrogação de refeições ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente	Informação Social n.º 67/2012	A Técnica Superior de Serviço Social - Maria do Carmo Francisco
18	Pedido de apoio/fornecimento de refeições diárias	Informação Social n.º 80/2012	A Técnica Superior de Serviço Social – Maria Laura Carvalho e a Coordenadora de Equipa - Maria do Carmo Francisco
19	Pedido de refeições ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente	Informação Social n.º 101/2012	A Técnica Superior de Serviço Social - Maria do Carmo Francisco
20	Pedido de refeições ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem	Informação Social n.º	A Técnica Superior de Serviço Social -

	Estar Social Padre Tobias	113/2012	Maria do Carmo Francisco
21	Pedido de refeições ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente	Informação Social n.º 115/2012	A Técnica Superior de Serviço Social - Maria do Carmo Francisco
22	Prorrogação de cedência de refeições ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem Estar Social Padre Tobias	Informação Social n.º 121/2012	A Técnica Superior de Serviço Social – Maria Laura Carvalho
23	Apoio na cedência de refeições	Informação Social n.º 127/2012	A Técnica Superior de Serviço Social Eva Teles e a Coordenadora de Equipa – Maria do Carmo Francisco
24	Período destinado às intervenções dos membros da Câmara		
25	Aprovação de deliberações em minuta		

RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	Gestão e Controle do Plano e Orçamento		
1	Propostas de taxas de IMI para o ano de 2013		
	Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças		
2	Licença Especial de Ruído	Proc.º n.º 49/2012 de 06/09	Bar do Concelho de Jorge Miguel Duarte Cardoso
	Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo		
	Educação		
3	Proposta de atribuição de auxílios económicos 1.º ciclo – Ano Letivo 2012/2013	Informação DMCET n.º 071/2012 de	

4	Protocolo a Estabelecer com a ADIC, no Âmbito da Expressão Dramática na Educação Pré-Escolar e do Projeto de Promoção do Livro e da Leitura Através da Dinamização da Hora do Conto nas Bibliotecas Municipais	5/9 Informação DMCET n.º 074/2012 de 7/9	
---	--	---	--

Secretariou o Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Fernando Alberto Marcelino Rodrigues, Coordenador Técnico.

AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO: Verificou-se a ausência do Senhor Vereador Manuel dos Santos, por motivo de gozo de férias.

«O Senhor Presidente considerou justificada a ausência.»

01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação

01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto 2 – APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE INÍCIO DE FUNÇÕES

Entidade: Câmara Municipal do Paúl

Assunto: Ao iniciar as funções de Presidente da Câmara Municipal do Paúl, apresenta os seus cumprimentos e reitera votos de que num clima de sã convivência, camaradagem e solidariedade se possa reforçar e estreitar as relações profícuas entre as instituições

O Presidente da Câmara do Paúl, António Aleixo Martins

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade manifestar desejo de maior sucesso no seu mandato

02.01.03- Apoio Jurídico

Ponto 3 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 30 DE AGOSTO E 05 DE

SETEMBRO E RESPETIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA

Informação A.J. n.º 103/2012, de 05 de setembro

Portaria n.º 265/2012, do Ministério da Educação e Ciência, publicada no D. R. n.º 168, Série I de 2012-08-30 - Define as regras e procedimentos a observar quanto à celebração, acompanhamento e avaliação dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e o Ministério da Educação e Ciência (**Presidente da Câmara Municipal; Vereadora Gabriela; DMAF; DMCET**);

Portaria n.º 266/2012, do Ministério da Educação e Ciência, publicada no D.R. n.º 168, Série I de 2012-08-30 - Estabelece as regras a que obedece a avaliação do desempenho docente dos diretores de agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, dos diretores dos centros de formação de associações de escolas e dos diretores das escolas portuguesas no estrangeiro (**Presidente da Câmara Municipal; Vereadora Gabriela; DMAF; DMCET**);

Lei n.º 50/2012, da Assembleia da República, publicada no D.R. n.º 169, Série I de 2012-08-31 - Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.os 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro (**Presidente da Câmara Municipal e restantes membros da Câmara Municipal; Presidente da Assembleia Municipal; DMAF; DMAGRH; AJ**);

Lei n.º 51/2012, da Assembleia da República, publicada no D.R. n.º 172, Série I de 2012-09-05 - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro (**Presidente da Câmara Municipal; Vereadora Gabriela dos Santos; DMCET; CME**).

02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 4 – 5ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a diminuições e reforços.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador João Augusto de Sousa, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à V Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricada e por fotocópia, fica apensa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

PROPOSTA DE TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2013

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- que as taxas a aprovar pela Assembleia Municipal têm de ser comunicadas à administração fiscal até 30 de Novembro, se não são aplicadas as taxas mínimas;
- que a próxima reunião da Assembleia Municipal se realiza no presente mês de setembro.
- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 7 de setembro de 2012

O Presidente da Câmara, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 1 - PROPOSTA DE TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2013

PROPOSTA

1 – De acordo com o n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam as taxas a aplicar em cada ano;

2 – O n.º 1 do art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, estabelece as taxas do referido imposto aplicáveis sobre os prédios urbanos, fixando-as entre 0,5% e 0,8% para os prédios avaliados nos termos do Código da Contribuição Autárquica, e entre 0,3% a 0,5% para os prédios avaliados nos termos do CIMI.

3 – Para cumprimentos do estabelecido no n.º 5 do art.º 112.º do CIMI, proponho que a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º. do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que para o imposto a cobrar no ano de 2013, seja fixado em 0,7% a taxa aplicável aos prédios urbanos avaliados na vigência da Contribuição Autárquica e em 0,45% a taxa aplicável ao prédios avaliados nos termos do CIMI.

Benavente, 07 de Setembro de 2012.

O Presidente da Câmara, António José Ganhão

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE lembrou que a taxa aplicada pelo município de Benavente sobre os prédios urbanos é de 0.7 aos imóveis avaliados nos termos do Código da Contribuição Autárquica e de 0.4 aos avaliados nos termos do CIMI.

Disse que, atualmente a sua correspondência ao memorando de entendimento da Troika, as taxas podem ir até 0.5 e 0.8, respetivamente, sendo certo que a Câmara Municipal não pode ver diminuída a sua receita, que é parte importante para acorrer a despesas fundamentais e necessárias, tendo como objetivo não perder receita relativamente ao ano de dois mil e doze.

Após uma análise efetuada com o Dr. Hermínio Fonseca e o perito que está a fazer as avaliações, constatou que havia um perigo muito sério de diminuição da receita da Câmara Municipal, se mantivesse as taxas de 0.4 e 0.7, uma vez que os prédios reavaliados passam a pagar a taxa de 0.4., sendo que muitos deles ficavam a pagar menos do pagam hoje e 0.7 para os prédios que fiquem por avaliar, esses no mínimo garantem a mesma receita do ano anterior.

Frisou que, ponderando os 0.5 nalguns casos, significava um aumento da receita para a Câmara Municipal na ordem dos vinte por cento, não tendo a certeza se com a proposta apresentada de 0.45 e com a manutenção de 0.7, garante uma receita igual à do corrente ano, preferindo correr o risco de não aumentar a receita e de haver aqui algum fator de variação que possa vir a causar maiores dificuldades aos munícipes.

Esclareceu que tivesse todos os dados disponíveis era mais fácil fazer as respetivas contas mas, nessa impossibilidade, à que fazer cálculos de probabilidades, sob pena da existência de algum erro, não conseguindo aplicar a taxa máxima dos 0.5, porque pode ter um impacto muito grande na vida dos nossos concidadãos que se torna cada vez mais difícil.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA recordou que face ao período difícil que o país e as pessoas atravessam, à que ter o maior cuidado possível nas decisões que são tomadas e, sobretudo, decidir em consciência e que do trabalho efetuado pelo senhor Presidente da Câmara tem efeitos sobretudo na receita mas entende que devíamos ter dados não só dos efeitos na receita e dos impactos negativos para quem paga impostos mas também sobre os efeitos na despesa.

Mostrou disponibilidade, caso fosse possível obter mais elementos, para colaborar no sentido de se aprofundar mais a situação por forma a poder equacionar por um lado quais as vantagens ou desvantagens de quem tem que pagar mais impostos e por outro quais as consequências de receber mais IMI vai ter nas prestações de serviços aos cidadãos, caso não seja possível informou que se irá abster na votação.

O SENHOR PRESIDENTE esclareceu que as reavaliações estão previstas terminar em dezembro do corrente ano, pelo que não pode ter dados que permitam tomar qualquer decisão sem conhecer as reavaliações.

Lembrou que o município de Benavente é o mais avançado a nível do país em termos de reavaliação de prédios e que existem municípios que ainda estão a trinta por cento enquanto que nós estamos a setenta e oito por cento, o que significa ter havia um esforço muito grande por parte dos serviços da Câmara Municipal.

Comunicou que por os dados serem confidenciais, não há disponibilidade de dados para fazer cálculos e tomar decisões, pelo que fez uma recolha de elementos e de um

conjunto de exemplos para poder fazer uma apreciação e apresentar uma proposta à Câmara Municipal para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.

Foram recolhidos o maior número de dados possíveis com a preocupação de se manter esta receita, imprescindível ao funcionamento da Câmara Municipal, desconhecendo ainda as medidas de austeridade que estão para ser implementadas. Esclareceu que neste assunto, introduziu a sensatez, a procura de informação, adiando até à última para poder ter mais certeza nos resultados, concluindo com os valores apresentados na proposta.

Compreende a preocupação manifestada pelo senhor vereador João Augusto de Sousa, porque até parece que o partido que representa não tem nada a ver com estas situações, sendo mais fácil abster-se do que votar favoravelmente.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA refutou as acusações partidárias e apenas disse que gostava de ter mais dados para poder saber o que vai decidir.

Em sua opinião e apesar de só haver dados em dezembro, trata-se duma questão previsional a exemplo da execução orçamental e que as taxas apresentadas na proposta vão manter a receita do IMI.

Lembrou que os efeitos sobre a despesa e a prestação de serviços que numa altura em que é preciso ter todo o rigor, era importante saber quais as vantagens de cobrar mais imposto, eventualmente, até ao máximo, para daí se poder prestar um serviço essencial ou até onde é vantajoso a Câmara Municipal abdicar de alguma receita do IMI, porque se pode prescindir de algum serviço, esta era a sua necessidade de ter mais dados para se poder pronunciar conscientemente.

O SENHOR PRESIDENTE reforçou que, o tempo que tem ao serviço da causa pública tem sabido fazer previsões, por forma a não gastar o que não tem para não criar uma situação difícil à autarquia.

Disse que existem poucas câmaras municipais no país que possam comparar-se connosco em termos daquilo que tem sido a gestão previsional.

Os seus trinta e três anos de exercício de funções, leva-o a não fazer comparações com o que tem sido a gestão do país, um autêntico desastre.

Reforçou que o exercício que fez foi o possível e a sua única preocupação é manter o nível de serviços que são prestados à população, não estando a pensar em fazer novas obras que não sejam as do Quadro Comunitário de Apoio, aquelas que tem financiamento garantido, mas quer manter o que considera ser o mínimo.

É muito claro e objetivo, não quer por em causa o aumento do endividamento fruto da dívida a fornecedores, apesar de ter capacidade de endividamento.

Relembrou que este exercício foi feito com toda a seriedade e sensatez, porque seria muito mais fácil para si perante aquilo que são as indicações, de aplicar as taxas máximas, até porque existem muitos municípios que vão ter que aplica-las, nomeadamente os que têm que recorrer ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, não havendo que aumentar a sobrecarga sobre os nossos concidadãos e dar-lhes alguma coisa fruto da gestão que foi feita, coisa que outros não têm essa possibilidade.

Teve a oportunidade de comunicar ao Senhor Ministro das Finanças aquando das negociações relativas aquilo que seria a previsão de duzentos e cinquenta milhões de euros de aumento no IMI, significava para as autarquias todas do país a consolidação orçamental, isto é, pagamento de dívida a curto prazo e a médio e longo prazo, não servindo de contrapartida para mais nada.

Comunicou que a Câmara Municipal de Benavente não vai recorrer ao PAEL porque não tem necessidade de o fazer, vai apenas gerir a sua situação e vai equilibrando-a à custa da diminuição da despesa.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA insistiu em não ter dúvidas nenhunas quanto à seriedade da proposta apresentada, mas tão só quanto à falta de mais dados.

Sugeriu por exemplo que fosse apresentada a receita de IMI relativa ao ano transato e a previsão para este ano.

Disse estar a falar dum imposto patrimonial que não tem em conta os rendimentos das pessoas, porque há quem tenha imóveis e tenha ficado sem rendimentos e têm que pagar, sendo diferente do imposto do IRS.

O SENHOR PRESIDENTE voltou a insistir que, em nome do sigilo fiscal, não são fornecidos pelas Finanças quaisquer dados, sobre a avaliação predial.

Não se pode partir duma contribuição recebida este ano que não esteve sujeita a avaliação para daí extrapolar quaisquer dados, porque sem eles não é possível apresentar um exercício concreto, mas sim apresentar uma proposta desta natureza.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA não contesta os valores apresentados, mas sim a apresentação duma proposta daquilo que se podia acrescentar na despesa e na prestação de serviços para aumentar ou retirar e, com mais ou menos receita, podia-se prestar outro serviço aos cidadãos.

Disse ainda que, em democracia, é normal ter ideias diferentes e outras formas de pensar.

O SERNHOR PRESIDENTE respeita as opiniões todas, mas quando elas são formuladas em pressupostos que não existem, não pode deixar de as declarar como inócuas.

Voltou a afirmar que não é possível apresentar quaisquer dados sobre o cálculo do IMI para o próximo ano, pelo que também não é possível saber se há aumento de receita para servir de contrapartida a qualquer coisa, pelo que é sua convicção que o mais sensato é aplicar a taxa de 0.45 e manter a de 0.7, porque defende que não se pode sacrificar mais os municípios com taxas de contribuição, sem diminuir a atividade da Câmara Municipal com a prestação de serviços que são essenciais.

Não quer que qualquer decisão que seja tomada pudesse retirar direitos fundamentais aos municípios.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ disse que todas as decisões que são tomadas devem ser baseadas em dados, factos concretos ou projeções, mas só quem não teve que as tomar pode alegar que apenas se deve tomá-las quando eles existem.

Lembrou que muitas vezes têm que ser tomadas decisões sobre hipóteses, estatísticas e às vezes até sobre convicções, pelo que entende que face à falta de dados, esta tenha sido uma proposta que tenha ido ao encontro dos objetivos da Câmara Municipal, face também à situação em que o país se encontra.

É sua opinião que a Câmara Municipal gostava de ter o dobro ou o triplo do valor de IMI que recebe todos os anos, mas obviamente não é possível porque esse valor vem sempre dos contribuintes.

Efetivamente, a troika aponta para as taxas máximas e muitas das Câmara Municipais vão ter essa necessidade, pelo que a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal aponta para uma redução de mais ou menos dez por cento em cada uma das taxas, o que de alguma forma dá uma benesse aos municípios, apontando para uma manutenção da receita em valores muito próximos dos atuais.

Esta parece ser também a sua perspetiva ou seja, não aumentando a carga sobre os contribuintes, também não prejudica aquela que é a base mais estável de receitas da Câmara Municipal, pelo que não tem problema em votar favoravelmente a proposta,

partilhando a convicção que gostava que era dos munícipes pagarem taxas mais reduzidas, mas neste momento difícil já é muito bom não praticar a taxa máxima.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO reconhece que as dificuldades impostas ao Executivo têm sido muito intensas e, contrariamente às medidas que o Governo tem vindo a tomar e a impor sobre os cidadãos, crê que a gestão da Câmara Municipal tem permitido reduzir significativamente a despesa, tendo sempre em atenção os interesses dos munícipes.

Não concorda com o aumento da receita proveniente do IMI, mas considera que se está no limite daquilo que são os serviços mínimos prestados à população, não existindo condições para prescindir desta receita.

Crê que as reavaliações vão permitir distribuir este imposto numa forma mais equitativa junto dos munícipes, crendo que a receita final possa ser igual à do corrente ano, concordando com a proposta apresentada.

Frisou que a Câmara Municipal é um grande exemplo para o país numa boa gestão e que, com muito esforço, é possível conter a despesa de forma a poder prestar os serviços mínimos sem que haja necessidade de aumentar os impostos.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador João Augusto de Sousa, aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal a fixação, para o ano de dois mil e treze, das taxas de 0,7% a aplicar aos prédios urbanos avaliados na vigência da Contribuição Autárquica e de 0,45% a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, em cumprimento do estabelecido no artigo 112.º, número 5 do CIMI.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade

Ponto 5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número cento e setenta e três, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: cinco mil, oitocentos e dezoito euros e cinquenta e dois cêntimos, sendo cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e trinta cêntimos em dinheiro e duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e dois cêntimos em cheques.

Depositado à ordem:

C.G.D – Benavente

Conta - 00350156000009843092 – cento e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000280563011 – cento e seis mil, setecentos e vinte e dois euros e setenta e cinco cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000061843046 – trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e sessenta e três cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001470473069 – doze mil, cento e oitenta euros e setenta cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001496353057 – sete mil, oitenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos;

C.G.D – BNU

Conta – 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016785430 – treze mil, oitocentos e dez euros e quarenta e dois cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016788930 – sete mil, quatrocentos e vinte e um euros e trinta e sete cêntimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016784630 – setecentos e catorze euros e cinquenta e nove cêntimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016789730 – oito mil, seiscentos e vinte e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos;

B.C.P. – Benavente

Conta - 003300000005820087405 – oito mil, trezentos e quarenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos;

BNC – Samora Correia

Conta - 004602561087080018636 – mil, oitocentos e dezoito euros e vinte e oito cêntimos;

CCAM – Samora Correia

Conta - 004552804003737040413 – três mil, cento e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos;

CCAM – Santo Estêvão

Conta - 004552814003724462602 – quinhentos e setenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos;

CCAM – Benavente

Conta - 004550904010946923865 – trinta e dois mil, setenta e dois euros e vinte e sete cêntimos;

BES – Benavente

Conta - 000703400000923000754 – setecentos e cinquenta e um euros e sessenta e dois cêntimos;

BPI – Samora Correia

Conta - 002700001383790010130 – setecentos e oitenta e um euros e trinta e um cêntimos;

Banco Santander Totta, SA

Conta – 001800020289477400181 – duzentos e dezasseis euros e sessenta cêntimos;

Balclays Bank, Plc

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – cento e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e um euros e setenta e três cêntimos, dos quais duzentos e quatro mil, trezentos e trinta euros e trinta e seis cêntimos são de Operações Orçamentais e quatrocentos e noventa e um mil e quarenta e um euros e trinta e sete cêntimos de Operações Não Orçamentais.

02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO

Requerente: Bar do Concelho de Jorge Miguel Duarte Cardoso

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 07 de Setembro de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 2 - CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO

Processo n.º 49/2012, de 06.09 – reg.º 12190

Requerente – Bar do Concelho de Jorge Miguel Duarte Cardoso

Localização – Rua 25 de Abril n.º 2 – Samora Correia

Assunto – Solicita nos termos do disposto no n.º 2 art.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, se digne conceder-lhe licença especial de ruído, para exercer a seguinte atividade ruidosa de caráter temporário:

Tipo de atividade:

- Música

Local/Percorso:

Rua 25 de Abril n.º 2 – Samora Correia

Datas/horário:

- Dias 15 e 16 de setembro de 2012
- Das – 22.00H do dia 15 às 02.00H do dia 16-09-2012;

Informação da Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças, de 27.08.2012

Processo encontra-se devidamente instruído podendo ser objeto de deferimento

Fernando Rodrigues, Coordenador Técnico

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 27 de agosto de 2012, o seguinte despacho:

Teor do despacho:
“Á reunião extra agenda”.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade deferir a pretensão, devendo ser cumprido o Regulamento Geral do Ruído.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes

03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais

Ponto 6 – EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

Liberação de cauções – D. L. nº 190/2012, de 22 de Agosto

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 175/ 2012 de 03 de setembro

1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL nº 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art.º 3º, nº 1 e 2.

2- Entendemos pois, que com o novo regime, cujo intuito firmado no decreto preambular é “... minorar os efeitos, na vida das empresas, do regime previsto para as garantias, sem prejuízo da obrigatoriedade de cumprimento de todas as demais exigências contratualmente previstas e da observância de todas as obrigações decorrentes do período de caução...”, “... permitindo às empresas um maior desafogo financeiro para o desempenho das suas atividades em outras obras.”:

- quando o **prazo de garantia é de 2 anos a 4 anos**, a liberação da caução respeitará o nº 2 do art.º 3º do DL nº 190/2012, sendo que no termo do último ano do prazo de garantia ocorrerá sempre a liberação dos valores correspondentes à % remanescente, ou seja:

Plano de Liberação de Cauções				
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar			
	1º ano – após receção provisória	2º ano – após receção provisória	3º ano – após receção provisória	4º ano – após receção provisória

2 anos	30%	70%	-	-
3 anos	30%	30%	40%	-
4 anos	30%	30%	15%	25%

– quando o **prazo de garantia é de 5 a 10 anos**, haverá que cumprir estritamente o disposto no art.º 3º, nº 2, independentemente do prazo de garantia perdurar para além do quinto ano, ou seja:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1º ano – após receção provisória	2º ano – após receção provisória	3º ano – após receção provisória	4º ano – após receção provisória	5º ano – após receção provisória
5, 6, 7, 8, 9 ou 10 anos	30%	30%	15%	15%	10%

À consideração Superior

Maria Virgínia Antunes Pinto, Eng.ª Civil

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Eng.º Civil

Maria Manuel Couto da Silva, Eng.ª Civil

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 7 - ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO 2007-2013

Designação da Operação: Estrada de Ligação da EM 515 à EN 118-1
Operação n.º ALENT-09-0550-FEDER-001264

Na sequência da Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa aprovada por consulta escrita de 8 de Agosto de 2012, onde na qual ficou estabelecido alterar para 85% a taxa máxima de cofinanciamento de operações não encerradas até 1 de Agosto de 2012, foi a presente operação objeto de reprogramação e decisão de aprovação por parte da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na sua reunião de 14-08-2012, pelo que se submete para apreciação e aprovação o teor da adenda ao Contrato de Financiamento:

Adenda n.º 2 ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013

Entre:

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo, também designado INALENTEJO, com sede na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Avenida Eng.º Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-504 Évora, adiante designada por Autoridade de Gestão, representada pelo Presidente da respetiva Comissão Diretiva, António da Costa Dieb;

e

Município de Benavente, Beneficiário da operação aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, no âmbito do INALENTEJO, Pessoa Coletiva n.º 506676056, e sede em Praça do Município, representado por António José Ganhão, que outorga na qualidade de Presidente, e no uso de poderes legais para este ato, adiante designado por **Beneficiário**;

É acordado que a cláusula terceira e Anexo I do contrato de financiamento celebrado em 04 de Março de 2010, na sequência da operação apoiada pelo FEDER n.º ALENT-09-0550-FEDER-001264, designada por Estrada de Ligação da EM 515 à EN 118-1 apresentada nos termos do Regulamento Específico Mobilidade Territorial, no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, passem a ter a seguinte redação:

**Cláusula Terceira
Custo Total e Comparticipação**

1. [...]
2. A comparticipação financeira FEDER aprovada para a operação, no montante de 183.014,61€ (Cento e oitenta e três mil e catorze euros e sessenta e um cêntimos), corresponde à aplicação de uma taxa de 85% (Oitenta e cinco por cento), sobre o montante de investimento elegível aprovado, nos termos em que a operação foi aprovada, e que se considera parte integrante do presente Contrato.
3. [...]

A presente Adenda ao Contrato e os anexos que a integram são assinados em três exemplares originais, destinando-se um deles ao Beneficiário, o outro à Autoridade de Gestão e o outro à CIMLT.

O Beneficiário

A Autoridade de Gestão

Évora, 31-08-2012

**Anexo I
Plano Financeiro da Operação**

Fontes de Financiamento	2010(€)	2011 (€)	2012 (€)	Total
Componente FEDER	7.352,50	169.223,68	6.438,44	183.014,61
Contrapartida Nacional:				

OE				
AL	1.297,50	29.863,00	1.136,19	32.296,70
EP				
Outros				
Participação Privada				
Investimento Elegível Total	8.650,00	199.086,68	7.574,63	215.311,31
Investimento Não Elegível Total	1.730,00	0	0	1.730,00
Investimento Total	10.380,00	199.086,68	7.574,63	217.041,31

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a adenda ao Contrato de Financiamento no Âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013, designação da Operação da Estrada de Ligação da EM 515 à EN 118-1 e autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar no mesmo.

Ponto 8 - ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO 2007-2013

Designação da Operação: Ligação da Estrada do Monte da Saúde à EN 118 (PROMEC)
Operação n.º ALENT-09-0550-FEDER-001263

Na sequência da Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa aprovada por consulta escrita de 8 de Agosto de 2012, onde na qual ficou estabelecido alterar para 85% a taxa máxima de cofinanciamento de operações não encerradas até 1 de Agosto de 2012, foi a presente operação objeto de reprogramação e decisão de aprovação por parte da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na sua reunião de 14-08-2012, pelo que se submete para apreciação e aprovação o teor da adenda ao Contrato de Financiamento:

Adenda n.º 2 ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013

Entre:

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo, também designado INALENTEJO, com sede na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Avenida Eng.º Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-504 Évora, adiante designada por **Autoridade de Gestão**, representada pelo Presidente da respetiva Comissão Diretiva, António da Costa Dieb.

e

Município de Benavente, Beneficiário da operação aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, no âmbito do INALENTEJO, Pessoa Coletiva n.º 506676056, e sede em

Praça do Município, 2130 Benavente, representado por António José Ganhão, que outorga na qualidade de Presidente, e no uso de poderes legais para este ato, adiante designado por **Beneficiário**;

É acordado que a cláusula terceira e o Anexo I do contrato de financiamento celebrado em 14/02/2011, na sequência da operação apoiada pelo FEDER n.º ALENT-09-0550-FEDER-001263 – “Ligação da Estrada do Monte da Saúde à EN 118 (PROMECC)”, apresentada nos termos do Aviso n.º ALENT-07-2010-92, de 16/08/2010, no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, passe a ter a seguinte redação:

Cláusula Terceira **Custo Total e Participação**

1. [...]
2. A participação financeira FEDER aprovada para a operação, no montante de 271.593,60€ (duzentos e setenta e um mil quinhentos e noventa e três euros e sessenta cêntimos), corresponde à aplicação de uma taxa de 85% (Oitenta e cinco por cento), sobre o montante de investimento elegível aprovado, nos termos em que a operação foi aprovada, e que se considera parte integrante do presente Contrato.
3. [...]

A presente Adenda ao Contrato e os anexos que a integram são assinados em três exemplares originais, destinando-se um deles ao Beneficiário, o outro à Autoridade de Gestão e o outro à CIMLT.

O Beneficiário
A Autoridade de Gestão

Évora, 31-08-2012

Anexo I **Plano Financeiro da Operação**

Fontes de Financiamento	2009(€)	2010 (€)	2011 (€)	2012 (€)	Total
Componente FEDER	7.352,50	0,00	248.863,71	15.377,39	271.593,60
Contrapartida Nacional:					
OE					
AL	1.297,50	0,00	43.917,12	2.713,66	47.928,28
EP					
Outros					
Participação Privada					
Investimento Elegível Total	8.650,00	0,00	292.780,83	18.091,05	319.521,88
Investimento Não Elegível Total	1.730,00	0,00	0,00	0,00	1.730,00
Investimento Total	10.380,00	0,00	292.780,83	18.091,05	321.251,88

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a adenda ao Contrato de Financiamento no Âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013, designação da operação de Ligação da Estrada do Monte da Saúde à EN 118 (PROMEC) e autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar no mesmo.

Ponto 9 - ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO 2007-2013

Designação da Operação: Requalificação da Zona da Fateixa – Benavente
Operação n.º ALENT-08-0231-FEDER-001248

Na sequência da Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa aprovada por consulta escrita de 8 de Agosto de 2012, onde na qual ficou estabelecido alterar para 85% a taxa máxima de cofinanciamento de operações não encerradas até 1 de Agosto de 2012, foi a presente operação objeto de reprogramação e decisão de aprovação por parte da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na sua reunião de 14-08-2012, pelo que se submete para apreciação e aprovação o teor da adenda ao Contrato de Financiamento:

Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013

Entre:

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo, também designado INALENTEJO, com sede na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Avenida Eng.º Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-504 Évora, adiante designada por **Autoridade de Gestão**, representado pelo Presidente da respetiva Comissão Diretiva, António Costa Dieb;

e

Município de Benavente, Beneficiário da operação aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, no âmbito do INALENTEJO, Pessoa Coletiva n.º 506676056, e sede em Praça do Município, 2130 Benavente, representado por António José Ganhão, que outorga na qualidade de Presidente, e no uso de poderes legais para este ato, adiante designado por **Beneficiário**;

É acordado que a cláusula terceira e o Anexo I do contrato de financiamento celebrado em 11 de Fevereiro de 2011, na sequência da operação apoiada pelo FEDER n.º ALENT-08-0231-FEDER-001248, designada por Requalificação da Zona da Fateixa – Benavente, apresentada nos termos do Regulamento Específico Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, passa a ser da seguinte forma:

Cláusula Terceira Custo Total e Comparticipação

1. [...]
2. A comparticipação financeira FEDER aprovada para a operação, no montante de 158.167,36€ (cento e cinquenta e oito mil cento e sessenta e sete euros e trinta e seis cêntimos), corresponde à aplicação de uma taxa de 85% (oitenta e cinco por cento), sobre o montante de investimento elegível aprovado, nos termos em que a operação foi aprovada, e que se considera parte integrante do presente Contrato.
3. [...].

A presente Adenda do Contrato e os anexos que o integram são assinados em três exemplares originais, destinando-se um deles ao Beneficiário, outro à Autoridade de Gestão e o outro à CIMLT.

O Beneficiário
A Autoridade de Gestão

Évora, 24/08/2012

Anexo I Plano Financeiro da Operação

Fontes de Financiamento	2009	2010	2011	2012	Total
Componente FEDER	14.710,03	20.373,60	115.953,79	7.129,94	158.167,36
Contrapartida Nacional:					
OE					
AL	2.595,89	3.595,34	20.462,43	1.258,23	27.911,89
EP					
Outros					
Participação Privada					
Investimento Elegível Total	17.305,92	23.968,94	136.416,22	8.388,17	186.079,25
Investimento Não Elegível Total					
Investimento Total	17.305,92	23.968,94	136.416,22	8.388,17	186.079,25

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a adenda ao Contrato de Financiamento no Âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013, requalificação da Zona da Fateixa – Benavente e autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar no mesmo.

Ponto 10 – EMPREITADA DE " FRESAGEM E PREENCHIMENTO COM "BINDER" EM TROÇOS NA ESTRADA DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS E ESTRADA DA MURTEIRA (CIRCULAR URBANA), EM SAMORA CORREIA "

Processo n.º: 4.1.1/02-2011

Conta da Empreitada / A Conhecimento

Data: 2012-08-16

Adjudicatário: Construções Pragosa, S.A.

Submete-se para conhecimento do Executivo a Conta da empreitada mencionada em epígrafe, a qual mereceu concordância por parte da firma adjudicatária, e que a seguir se transcreve o Termo de Aceitação.

Conta da Empreitada

Termo de Aceitação e Aprovação

ACEITAÇÃO

Analisada a conta da Empreitada, traduzida nos documentos em anexo e da qual se poderá inferir em síntese,

Valor da Adjudicação s/ IVA	34.993,82 €
Trabalhos a Mais s/ IVA	0,00 €
<i>Trabalhos a Mais de Natureza Prevista</i>	0,00 €
<i>Trabalhos a Mais de Natureza Imprevista</i>	0,00 €
Trabalhos a Menos s/ IVA	0,00 €
(*) Revisão de Preços	0,00 €
Valor por faturar (<i>manutenção</i>)	0,00 €
Custo Final da Obra s/ IVA	34.993,82 €
Valor do IVA	2.099,63 €
Custo Final da Obra c/ IVA	37.093,45 €

(*) Revisão de Preços: Definitiva

O direito à revisão de preços não caduca nas situações previstas pelo n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

o adjudicatário - Construções Pragosa, S.A., representado pelo Sr. Marco Alexandre Pedrosa Simões, Engenheiro Civil, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 401.º do CCP, manifesta-se concordante com a mesma, pelo que considera cumprido o respetivo contrato, não deduzindo por consequência qualquer reclamação.

Marco Alexandre Pedrosa Simões, Engenheiro Civil –
Representante do Empreiteiro

o adjudicatário - Construções Pragosa, S.A., representado pelo Sr. Marco Alexandre Pedrosa Simões, Engenheiro Civil, nos termos e para efeitos do disposto no artigo

401.º do CCP, manifesta-se concordante com a mesma, pelo que considera cumprido o respetivo contrato, não deduzindo por consequência qualquer reclamação.

Marco Alexandre Pedrosa Simões, Engenheiro Civil –
Representante do Empreiteiro

APROVAÇÃO

Verificada a aceitação por parte do adjudicatário da Conta da Empreitada, a mesma é aprovada por,

Despacho

António José Ganhão, Presidente da Câmara

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares

LICENCIAMENTO DA EDIFICAÇÃO

Ponto 11 – UNIDADE COMERCIAL DE PEQUENA DIMENSÃO / LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO

LOCAL: E.N. 118 - BENAVENTE

Processo: 96/2006

Requerente: Dia Portugal - Supermercados, S.A.

Informação Técnica de Gestão Urbanística, de 03-09-2012

A requerente através do requerimento com o registo de entrada n.º 10840/2012 de 03/08, solicita a “*recepção definitiva da garantia bancária n.º 125-02-1037575 (BCP), no montante de € 3 480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta euros), referente à nossa loja sito Rua Dr. António Sousa Dias, s/n – EN 118, em Benavente.*”

Consultado o processo verifica-se:

- a) que a requerente solicitou e foi emitida a licença parcial de obras n.º 146/2006 de 17/08;
- b) que a garantia bancária n.º 125-02-1037575, do Millennium BCP, destinava-se a caucionar o custo de demolição da estrutura (em caso de indeferimento do pedido), conforme disposto no n.º6 do artigo 23º do Decreto – Lei n.º 555/99 de 16/12 e suas alterações;
- c) Que em 29/11/2006 foi emitido o alvará de licenciamento de obras n.º 207, relativo à construção do supermercado - unidade comercial de pequena dimensão;
- d) Que em 14/12/2006, foi emitido o alvará de utilização n.º 110 do supermercado - unidade comercial de pequena dimensão;

Considerando que para o supermercado - unidade comercial de pequena dimensão, foram emitidos o alvará de licenciamento de obras n.º 207/2006 de 29/11 e o alvará de utilização n.º 110/2006 de 14/12, proponho que seja libertada a garantia bancária n.º 125-02-1037575 do Millennium BCP, no valor de 3 480,00 € (três mil, quatrocentos e oitenta euros).

Vasco Feijão, t. Superior – Eng.º civil

Parecer:

Despacho:

À reunião.

2012SET04

O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.

O Vereador

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA - DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES

A CONHECIMENTO

A Câmara tomou conhecimento do despacho exarado pelo Sr. Presidente, cujo teor abaixo se transcreve, em:

30-08-2012

Ponto 12 – LEGALIZAÇÃO DE ARMAZÉNS DE ESTUFA / JUNÇÃO DE ELEMENTOS

Local: Lagoa da Amantela - Benavente

Processo n.º 186/2010

Requerente: Ernesto Fábio Correia Nortista

Teor do Despacho: “Homologo e aprovo o projeto de arquitetura”.

LICENCIAMENTO DA URBANIZAÇÃO

Ponto 13 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 66 DE 1990 / EMISSÃO DO ADITAMENTO AO ALVARÁ

Processo: 1250/2011

Requerente: Alfredo de Oliveira e Eulália da Luz Marques Rodrigues de Oliveira

Local: Covões / Vila das Areias, Benavente

Informação técnica da DMOPPUD, de 31-08-2012:

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Através do registo de entrada n.º 11559 de 2012-08-22 é solicitada a emissão do Aditamento ao Alvará n.º 66 de 1990.

São entregues 3 exemplares do projeto de loteamento.

Analizada a pretensão, cumpre-nos informar de que:

1. Situação do processo

O pedido de licenciamento da alteração à operação de loteamento foi deferido em reunião camarária de 2012-07-23.

A alteração restringe-se à reunião dos lotes 1, 2, 3 e 6, juntando as áreas dos lotes em causa, bem como as respetivas áreas de ocupação, áreas de logradouro e áreas de habitação.

Não há lugar a cedências ao município, nem a novas obras de urbanização.

2. Apreciação do pedido de emissão de aditamento ao alvará

De acordo com o definido no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com posteriores alterações (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), o “alvará” é emitido no prazo de 30 dias a contar da apresentação do requerimento, desde que se mostrem pagas as taxas devidas.

O requerimento de emissão de aditamento ao alvará, para o caso em apreciação, só pode ser indeferido com fundamento na caducidade, suspensão, revogação, anulação ou declaração de nulidade da licença ou na falta de pagamento das taxas devidas.

3. Conclusão

Face ao exposto e ao definido no n.º 5 do artigo 76.º do RJUE, julgamos sem inconveniente o deferimento do pedido de emissão do Aditamento ao Alvará n.º 66 de 1990.

[Junta-se a respetiva minuta]

À consideração Superior.

Maria Henriqueta Reis, arquiteta

Parecer:

Face ao teor da informação propõe-se o deferimento do pedido de emissão do aditamento ao Alvará em referência.

31 Agosto 2012

O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.

Despacho:

À reunião.

2012SET03

O Vereador

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA esclareceu que, na sequência da deliberação tomada pelo Executivo na reunião ordinária realizada no dia 23-07-2012, relativamente à alteração à operação de

loteamento, propõe que seja homologada a informação técnica e, nos termos da mesma, aprovar a minuta e deferir o pedido de emissão de aditamento ao alvará n.º 66 de 1990.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

CERTIDÃO DE CONSTITUIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO EM REGIME DE COMPROPRIEDADE, AO ABRIGO DO ARTIGO 54.º DA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO (ÁREAS DE GÉNESE ILEGAL)

A RATIFICAÇÃO

O Sr. Presidente submeteu à eventual ratificação o seguinte despacho por si exarado, ao abrigo do preceituado no n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

30-08-2012

Ponto 14 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE

Processo n.º 897/2012

Requerente: Rute Cardoso Costa Baptista Pato

Local: Foros de Almada – Santo Estevão

Informação técnica da DMOPPUD, de 29-08-2012:

Pretende a requerente, na qualidade de solicitadora,
“... parecer favorável, para dar cumprimento ao exigido no art.º 54 da Lei 64/2003 de 23 de Agosto, com vista à celebração de negócio jurídico de que irá resultar a constituição de compropriedade do prédio com a área de 26655 m2, situado nos Foros de Almada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o número 358 da freguesia de Santo Estevão”.

A sua localização no extrato da planta topográfica, é da responsabilidade da requerente.

Analísado o pedido, cumpre-nos informar de que:

1. O prédio em causa, com a área de 26.655,00m², insere-se, de acordo com o definido no Plano Diretor Municipal de Benavente, em Espaço Agrícola, Área Agrícola não incluída na RAN (Reserva Agrícola Nacional).
2. Não obstante a inexistência de áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) no Município de Benavente, esclarecemos que à pretensão é aplicável a Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de

agosto (Lei sobre as Áreas Urbanas de Génese Ilegal), por força do definido no artigo 54.º deste diploma, o qual refere expressamente nos n.ºs 1 e 2,

“1 - A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios.”

“2 - O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.”

Também o parecer n.º 286/2003 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro alerta para o facto do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, artigo sob a epígrafe “Norma interpretativa”, determinar que “O disposto no artigo 54.º aplica-se independentemente dos prazos previstos no artigo 57.º e igualmente às áreas não delimitadas como AUGI”.

Face ao definido, não temos fundamento para emitir parecer desfavorável à pretensão.

3. Informamos no entanto de que, a divisão de um prédio estará sempre condicionada ao definido no PDMB e na legislação aplicável, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 dezembro, com posteriores alterações (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação).

Conclusão:

Face ao exposto, emitimos parecer favorável ao registo da totalidade da parcela em nome de vários proprietários ou a ampliação do número de compartes.

Propomos a emissão de certidão de compropriedade nos termos da presente informação.

À consideração Superior.

Maria Henriqueta Reis, arquiteta

Parecer:

Face ao teor da informação propõe-se a emissão da correspondente certidão.

29 Agosto 2012

O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.

Despacho:

Certifique-se

30-8-012

O Presidente

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo

05.02- Educação

Ponto 15 – PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DO MUNICÍPIO. ANO LETIVO 2011-2012

INFORMAÇÃO D.C.E.T. N.º 69/2012, de 30 de agosto

De acordo com o preconizado em anos anteriores, propõe-se a atribuição de um subsídio para a aquisição de material didático e desportivo aos Agrupamentos Escolares da área do município de acordo com o número de salas existentes no 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar.

Considerando os valores a atribuir nos seguintes termos;

- Escolas 1º ciclo:
 - . valor por sala: 269€ (*duzentos e sessenta e nove euros*)
 - . a acrescer por sala com desdobramento de horário: 134€ (*cento e trinta e quatro euros*)
 - . valência de biblioteca: 134€ (*cento e trinta e quatro euros*)
- Educação pré-escolar:
 - . valor por sala: 215 € (*duzentos e quinze euros*)

Complementarmente propõe-se que nos estabelecimentos de ensino que possuam até duas salas seja atribuído um valor suplementar de 50€ (*cinquenta euros*)

Agrupamento de Escolas Duarte Lopes:

Material didático – 1º ciclo

<i>Centro Escolar de Benavente</i>	8 salas (269x8)	2152,00 €
	8 salas em duplo (134x8)	1072,00 €
	1 sala valência Biblioteca (134)	134,00 €
Escola EB 1 N.º 2 de Benavente	4 salas (269x4)	1076,00 €
Escola EB 1 de Foros da Charneca	2 salas (269x2+50)	588,00 €
Escola EB 1 de Foros de Almada	1 salas (269+50)	319,00 €
Escola EB 1 de Santo Estêvão	4 salas (269x4)	1076,00 €
Escola EB 1 da Barrosa	2 salas (269x2+50)	588,00 €

Total 1º ciclo	7005.00 €
----------------	------------------

Material didático – pré-escolar

J. de Infância N.º 1 de Benavente	4 salas (215x4)	860,00 €
J. de Infância N.º 2 de Benavente	2 salas (215x2+50)	480,00 €
J. de Infância N.º 3 de Benavente	2 salas (215x2+50)	480,00 €
J. de Infância dos Foros da Charneca	1 sala (215+50)	265,00 €
J. de Infância de Santo Estevão	2 salas (215x2+50)	480,00 €
J. de Infância da Barrosa	1 sala (215x1+50)	265,00 €
Centro Escolar de Benavente	1 sala (215+50)	265,00 €

Total pré-escolar	3095,00 €
-------------------	------------------

Total Agrupamento por	10 100.00€
-----------------------	-------------------

Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Material didático – 1º ciclo

Centro Escolar de Samora Correia	13 salas (269x13)	3497,00 €
	1 sala valência Biblioteca (134)	134,00 €
Escola EB 1 N.º 2 das Acácias	8 salas (269x8)	2152,00 €
	7 salas em duplo (134x7)	938,00 €
	1 sala valência Biblioteca (134)	134,00 €

Total 1º ciclo	6855,00 €
----------------	------------------

Material didático – pré-escolar

J. de Infância Prof. António José Ganhão	6 salas (215x6)	1290,00 €
J. de Infância da Lezíria	2 salas (215x2+50)	480,00 €
Centro Escolar J. Infância	3 salas (215x3)	645,00 €

Total pré-escolar	2415,00 €
-------------------	------------------

Total por Agrupamento	9 270,00 €
-----------------------	-------------------

Agrupamento de Escolas do Porto Alto

Material didático – 1º ciclo

Escola EB 1 do Porto Alto	4 salas (269x4)	1076,00 €
Centro Escolar de Porto Alto	6 salas(269x6)	1614,00 €
	1 sala valência Biblioteca (134)	134,00 €
Total 1º ciclo		2824,00 €

Material didático – pré-escolar

Jardim de Infância n.º 1	3 salas (215x3)	645,00 €
Jardim de Infância Centro Escolar	3 salas (215x3)	645,00 €

Total pré-escolar	1290,00 €
-------------------	------------------

Total por Agrupamento	4 114,00€
-----------------------	------------------

Considerando que entretanto foram alterados os agrupamentos de escolas existentes, em resultado do processo de agregações desencadeado pelo Ministério da Educação, as transferências a realizar deverão ser do seguinte modo:

Agrupamento de Escolas de Benavente (as escolas integradas no extinto Agrupamento de Escolas Duarte Lopes)	10 100,00 €
Agrupamento de Escolas de Samora Correia (integrando as escolas do extinto Agrupamento de Escolas de Porto Alto)	13 384,00 €

* acréscimo de € 50 (estabelecimentos de ensino, até duas salas de aula)

À Consideração Superior,

A Chefe DMCET, Cristina Gonçalves,

Benavente, 30 de Agosto de 2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE propôs que as transferências só sejam efetuadas desde que sejam apresentadas justificações para a aquisição de material didático, por sala.

A SENHORA VEREADORA GABRIELA SANTOS esclareceu que a proposta apresentada refere-se ao ano letivo transato.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto 16 - TRANSPORTES ESCOLARES 2011/2012 – DEVOLUÇÃO DE 50% DO CUSTO DO TRANSPORTE PELA CP – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 30/07/2012

Informação SOASE nº 072 de 5 de setembro de 2012

Relativamente à deliberação tomada pelo Executivo em reunião ordinária realizada no passado dia 30 de julho de 2012, proponho que a mesma seja retificada. Assim, onde se lê "...transferir a verba de 153,40€ (cento e cinquenta e três euros e quarente centimos) para a aluna Daniela Teixeira Afonso), deverá ler-se "....."..."transferir a verba de 78,90€ (setenta e oito euros e noventa centimos) para a aluna Daniela Teixeira Afonso"

A Coordenadora Técnica, Ana Infante

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade retificar a deliberação tomada na reunião ordinária realizada no dia 30-07-2012, de acordo com a informação n.º 72/2012, de 5 de setembro, do SOASE.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DA REUNIÃO

Proposta de atribuição de auxílios económicos 1º ciclo – ano letivo 2012/2013

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece, uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente 7 de Setembro de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 3 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS 1º CICLO – ANO LETIVO 2012/2013

Assunto: Ano Letivo 2012/2013

Proposta de atribuição de Auxílios Económicos, 1º ciclo

I N F O R M A Ç Ã O D.M.C.E.T. N.º 071/2012, de 5 de Setembro

No âmbito da promoção de medidas de combate à exclusão social e ao abandono escolar, bem como, na igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, os Municípios assumem um papel de responsabilização ao assegurar a continuidade e reforçar o apoio socioeducativo, aos alunos do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.

Estabelece o decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de Março, o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovado pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redação dada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto. As condições referentes às medidas de ação social escolar fixadas para o ano letivo 2012-2013 mantêm-se as definidas no Despacho n.º 18987/2009, de 17 Agosto de 2009, sem prejuízo das alterações introduzidas em despacho para o ano letivo 2011-2012.

Têm direito a beneficiar dos referidos apoios, os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados no 1º e 2º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição de abono de família, devendo para o efeito fazer prova do seu posicionamento nos escalões de abono de família junto do agrupamento ou escola, mediante entrega de documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social. Os alunos que por motivos alheios não sejam detentores do referido documento, deverão anexar ao boletim de candidatura outros documentos que permitam ao sector de Intervenção Social e Saúde da Câmara Municipal proceder à atribuição do escalão.

O Município de Benavente, já validou até ao momento 438 Boletins de candidatura a auxílios económicos, referentes ao 1.º Ciclo do ensino básico, com direito a subsídio para livros e material escolar, distribuídos pelos dois Agrupamentos de Escolas conforme o quadro apresentado e listagem em anexo.

	Com escalão	Refeições	ASE	NEE'S	Desatualizados
Escalão A	222	208	213		7
Escalão B	205	184	193	3	9
Averiguação	11	10	11	1	
Total	438	402	417	4	16

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS E ALUNOS CARENCIADOS – ANO LECTIVO 2012/2013

1 – REFEITÓRIOS ESCOLARES:

- a) Preço da refeição1,68 €
- b) Preço da refeição para os alunos 1,46 €
- c) Comparticipação da Câmara por refeição/aluno 0,22 €
- d) Taxa adicional para as senhas compradas no próprio dia0,30 €
- e) Preço da refeição pessoal docente e não docente3,80 €
- f) Preço refeição, apenas sopa e fruta, pessoal docente e não docente1,00 €

2- SUBSÍDIOS DE ALIMENTAÇÃO:

- a) Alunos de escalão 1 – Têm direito a refeição gratuita
- b) Alunos do escalão 2 – pagam 0,73 € por refeição e a CMB comparticipa com 0,95 €.

Os alunos que não puderem pagar os 0,73 € deverão ser dispensados de o fazer, mediante proposta da Escola, devidamente fundamentada.

3- SUBSÍDIO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR:

	Alunos de escalão 1	Alunos de escalão 2
1º CICLO	65,00 €	37,50 €

- a) Os alunos que não transitaram de ano, só terão direito ao subsídio na totalidade caso a escola não tenha adotado os mesmos manuais escolares, caso contrário o valor do subsídio será apenas de 15€ / 7,5€, de acordo com o escalão de apoio, para fazer face a despesas coma a aquisição de material escolar.

4- CAPITAÇÕES A CONSIDERAR:

- a) Escalão AEscalão 1 do abono de família
b) Escalão BEscalão 2 do abono de família
c) Escalão A (alunos com n.e.e.).....Escalão 1, 2 e 3 do abono de família

À Consideração Superior

Carina Teles, Técnica Superior

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE esclareceu que a proposta de atribuição de auxílios económicos foi submetida à consideração na passada quinta-feira ao Conselho Municipal de Educação.

A proposta aponta para a continuação dos mesmos apoios do ano anterior, isto é, preços no refeitórios escolar, a comparticipação da Câmara Municipal por aluno, subsídio de alimentação e o subsídio para livros e material escolar, que se mantêm em mais do dobro do que está publicado em Portaria, porque se considera que a verba seria insuficiente para que as escolas possam gerir o problema dos alunos carenciados, quer nos livros quer em fichas que são necessárias e que são complementares aos mesmos, para os alunos do escalão A e B.

É óbvio que podia ser adaptada à Portaria face às circunstâncias que se vive e que, pelos boletins já analisados, são duzentos e vinte e dois alunos que já requereram e têm direito ao escalão A, duzentos e cinco ao escalão B e em averiguação estão apenas onze processos.

Disse que este processo que ainda está em curso porque muitos dos encarregados de educação não preenchem os boletins de carência na altura devida e Câmara Municipal tem mantido em aberto durante todo o ano letivo a possibilidade de poderem apresentar o boletim.

Apelou ao Conselho Municipal de Educação e aos Diretores das escolas para que transmitam aos encarregados de educação de que tinham dez dias para preencher os boletins, findo os quais a Câmara Municipal não ia considera-los, alertando também que o Executivo mantém a disponibilidade que sempre manteve para, por indicação da escola ou do professor, quando se notar que o aluno mostre carências, quer alimentar quer outras, a Câmara Municipal deve ser informada dessa situação, para poder tomar as decisões necessárias.

Frisou que se fixe um prazo, para que haja disciplina e não andem a apresentar boletins até janeiro e fevereiro, ficando sempre aberta a possibilidade de não faltar as

refeições e o apoio às crianças que porventura integrem famílias fragilizadas cujos pais não preenchem o boletim de carências.

Lembrou que a proposta mereceu parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, mas a decisão é sempre do Executivo, não havendo qualquer diminuição dos apoios apesar da crise.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada de atribuição de auxílios económicos 1º ciclo – ano letivo 2012/2013.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

PROTOCOLO A ESTABELECEER COM A ADIC, NO ÂMBITO DA EXPRESSÃO DRAMÁTICA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PROJETO DE PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA ATRAVÉS DA DINAMIZAÇÃO DA HORA DO CONTO NAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83 da Lei 169/99, de 18 de Setembro estabelece, uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 07 de Setembro de 2012

O Presidente da Câmara, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 4 - PROTOCOLO A ESTABELECEER COM A ADIC, NO ÂMBITO DA EXPRESSÃO DRAMÁTICA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PROJETO DE PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA ATRAVÉS DA DINAMIZAÇÃO DA HORA DO CONTO NAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

I N F O R M A Ç Ã O D.M.C.E.T. N.º 074/2012

Em 23 de julho foi presente a reunião de Câmara a proposta de protocolo de cooperação a estabelecer com a ADIC no âmbito da expressão dramática na

educação pré-escolar e do projeto de promoção do livro e da leitura nas bibliotecas municipais, tendo sido deliberado favoravelmente.

Nos termos da Lei n.º 8/2012, propõe-se que o assunto seja submetido a reunião da Assembleia Municipal para autorização da despesa plurianual.

À Consideração Superior,

Cristina Gonçalves, Chefe DMCET

Benavente, 7 de setembro de 2012

PROTOCOLO A ESTABELECEER COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA CRIANÇA, NO ÂMBITO DA EXPRESSÃO DRAMÁTICA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PROJECTO DE PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA ATRAVÉS DA DINAMIZAÇÃO DA HORA DO CONTO NAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

Com o presente protocolo objetiva-se estabelecer a cooperação entre a ADIC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Criança e a Câmara Municipal de Benavente, para a realização de atividades de expressão dramática na educação pré-escolar e do projeto de promoção do livro e da leitura através da dinamização da Hora do Conto nas Bibliotecas Municipais.

Assim, entre a ADIC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Criança, representada pela Presidente da Direção, Isabel Alexandra Pinto e a Câmara Municipal de Benavente, representada pelo seu Presidente, António José Ganhão, é estabelecido o presente protocolo de cooperação, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1

Responsabilidade da ADIC

Compete à ADIC apoiar, através de um técnico de animação sociocultural, o desenvolvimento do projeto de expressão dramática na educação pré-escolar, designadamente nos jardins-de-infância que integram o Agrupamento de Escolas de Samora Correia, bem como a dinamização do projeto de promoção do livro e da leitura nas bibliotecas municipais de Benavente, especificamente “A Hora do Conto”.

CLÁUSULA 2

Responsabilidade da Câmara Municipal de Benavente

Compete à Câmara Municipal transferir, mensalmente, para a ADIC a verba de 1470 € (mil, quatrocentos e setenta euros), destinada a suportar os encargos com a contratação do técnico, com vista a assegurar a prossecução dos referidos projetos.

CLÁUSULA 3

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Vigência do Protocolo

O presente protocolo vigorará pelo período de um ano, com início em setembro de 2012, eventualmente renovável por iguais e sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer das partes, com uma antecedência mínima de 60 dias.

Benavente, 15 de julho de 2012

A Presidente da Direção da ADIC

Isabel Alexandra Pinto

O Presidente da Câmara Municipal

António José Ganhão

DICUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE referiu que face ao caráter plurianual, ou seja, reparte-se por dois orçamentos, a Câmara Municipal tem de solicitar autorização à Assembleia Municipal para poder estabelecer este protocolo com a ADIC.

Lembrou que as contratações estão fechadas mas a forma de responder a esta necessidade que existe no pré-escolar e nas atividades de enriquecimento curricular será a de estabelecer um protocolo com a ADIC visto que tem técnicos com estas características.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA questionou porque não se faz a contratação por uma aquisição de serviços.

O SENHOR PRESIDENTE esclareceu que tal não é possível, porque a Câmara Municipal adotou um princípio de não fazer mais contratação nenhuma de técnicos contratados por aquisição de serviços.

Informou que se está a fazer com parceiros, um estabelecimento de protocolo que responde a esta necessidade, dado que já existem técnicos naquelas instituições que têm características para poder responder a esta situação.

Trata-se duma forma viável de não fugir a uma linha de orientação traçada e de corresponder a uma necessidade dos serviços.

Esclareceu que, não era que isso não fosse possível mas permitia outras questões tais como, fazer a aquisição de trabalho temporário através de empresas especializadas no fornecimento desses serviços e não é isso que se pretende, não abrir exceções em nenhuma circunstância para contratos de trabalho temporário.

Recordou que o controlo orçamental e o rigor obrigam a esta situação, considerando que este pode ser o caminho que, não fugindo à regra, responde à necessidade.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA questionou se o técnico faz parte dos quadros da ADIC.

O SENHOR PRESIDENTE disse que é um técnico que integrará, através dum contrato que pode ser feito por tempo determinado, aquilo que são os trabalhadores que prestam serviço na ADIC e que faça parte dos seus quadros ou que tenha que o recrutar, porque o técnico tem que ter conhecimentos de expressão dramática e preencher os requisitos necessários para preencher nas bibliotecas o serviço que é prestado aquilo a que chamamos “hora do conto”, sendo a ADIC uma associação que presta serviços na área de ocupação dos tempos livres das crianças.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade, nos termos da Lei n.º 8/2012, submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal, para assunção do compromisso plurianual.

06- Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude

06.03- Intervenção Social e Saúde

Ponto 17 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE REFEIÇÕES AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE.

Informação Social n.º 67/2012

SITUAÇÃO PROBLEMA

- O Município está muito sozinho sem proteção familiar e sem suporte social e, devido à sua doença, descontrola-se emocionalmente e desorganiza-se socialmente, passando por uma situação de vida diária de privação e de carência (alimentar, higiene, saúde e isolamento pessoal e social).

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Face ao exposto propomos a cedência de duas refeições diárias ao abrigo do Protocolo estabelecido entre o Município de Benavente e a Santa Casa da Misericórdia de Benavente até à implementação das Cantinas Sociais.

Submete-se à consideração de V. EX^a o Relatório.

Benavente, 5 de Setembro de 12

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE propôs o indeferimento do pedido de prorrogação das refeições e que os serviços contactem a Santa Casa da Misericórdia de Benavente para saber qual o valor das refeições e, informar o município que tem que ser ele a suportar os seus custos.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA referiu a necessidade de se regulamentar estes apoios sociais, sob pena de se estar a cometer alguns erros.

O SENHOR PRESIDENTE esclareceu que a Câmara Municipal só pode regulamentar o que é da sua competência e, neste caso, a competência é da Segurança Social. Lembrou que na passada semana teve a oportunidade de informar a Câmara Municipal que este projeto foi contemplado naquilo que são chamadas as “cantinas sociais” em que foram protocolos estabelecidos entre o Centro Regional de Segurança Social e as Instituições Privadas de Solidariedade Social, com a assinatura de cinco Municípios e a exclusão de dezasseis, tendo o município de Benavente manifestado veemente esse protesto, porque por falta de verbas, os técnicos da Segurança Social encaminham as pessoas para as Câmaras Municipais.

Teve a oportunidade de transmitir ao senhor Diretor Regional de Segurança Social que esta situação é insustentável e não podemos aceitar discriminações e, logicamente

vão ter que pagar a estas pessoas que estão enquadradas sem regulamento mas para responder a situações dramáticas.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA disse que os Municípios, efetivamente, dispõem de competência em matéria de apoios sociais. A Lei das Autarquias Locais é bastante clara sobre isso. De resto, se assim não fosse ter-se-ia que concluir que o Município tem vindo, de forma sistemática, a violar a lei de cada vez que presta estes apoios.

O SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DR. HERMÍNIO FONSECA, pedindo o uso da palavra, para esclarecer que não se trata de nenhuma ilegalidade, uma vez que o município presta apoio às IPPS através de protocolos e que, estas por sua vez, apoiam as famílias no fornecimento das refeições.

Lembrou que os serviços sociais da Câmara Municipal apenas elaboram o relatório da situação social das famílias.

O SENHOR PRESIDENTE referiu que a Câmara Municipal não pode regulamentar estas situações porque não são da sua competência.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto 18 – PEDIDO DE APOIO/FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS.

Informação Social n.º 80/2012

Face ao pedido foi elaborado **Diagnóstico Familiar:**

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO PRECONIZADAS/Diligências Efetuadas

- Em atendimento efetuado constatou-se estar o Munícipe em carência alimentar por não ter rendimentos suficientes para suprir as necessidades básicas. Como existem muitas dívidas, nomeadamente, água, luz, renda, etc., o valor que aufera da baixa é insuficiente, pelo que, solicita o apoio de refeições até conseguir regularizar a situação.

ESTRATÉGIAS/DILIGÊNCIAS DE INTERVENÇÃO

- Os filhos estão desempregados mas já estão inscritos em Centro de Emprego.

PARECER SOCIAL

Assim e face ao exposto, propomos o apoio – fornecimento de três (3) refeições diárias com início após deliberação Camarária e até à implementação das cantinas sociais.

Submete-se à consideração de V. EX^a a informação.

Benavente, 31 de agosto de 2012

A Técnica Superior

A Coordenadora de Equipa

- Maria Laura Carvalho -

- Maria do Carmo Francisco -

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 80/2012 e aprovar a proposta de apoio ao munícipe, pelo período de um mês.

Ponto 19 – PEDIDO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE.

Informação Social n.º 101/2012

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar:**

SITUAÇÃO PROBLEMA

- O Munícipe só com o valor da prestação de RSI não consegue fazer face às despesas. Também não consegue arranjar trabalho e ainda é novo para se reformar.

SITUAÇÃO HABITACIONAL

- CONDIÇÕES HABITACIONAIS ATUAIS –

- Em termos de condições de habitabilidade, vive numa habitação velha e degradada. A habitação pertence a ele e aos irmãos, ainda não fizeram as partilhas. Já não tem luz há 4 anos.

- A habitação não reúne os requisitos necessários a uma boa habitabilidade.

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Face ao exposto, julgamos que é uma situação a ser proposta para integrar o Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente. Assim, propomos a cedência de 2 refeições diárias.

Submete-se à consideração de V. EX^a o Relatório.

Benavente, 18 de Julho de 12

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 101/2012 e aprovar a proposta de apoio ao munícipe, pelo período de um mês.

Ponto 20 – PEDIDO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM O CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL PADRE TOBIAS.

Informação Social n.º 113/2012

Pedido formulado:

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Cedência de refeições confeccionadas até ao Retorno Voluntário ao Brasil.

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar**:

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

- Em Julho de 12 (dia 24) fez o pedido de retorno ao Brasil integrado no Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração.
- Segundo a Organização Internacional para as Migrações o retorno leva alguns meses a ser concretizado, pelo que o Município está a aguardar o seu regresso ao Brasil.

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Face ao exposto e por não haver rendimentos suficientes que permitam a manutenção e sobrevivência do Município, propomos a cedência de 1 refeição diária (almoço) até ao regresso do Sr. ao Brasil.

Submete-se à consideração de V. EX^a o Relatório Social.

Benavente, 13 de agosto de 12

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA GABRIELA SANTOS propôs que o presente ponto fosse retirado da ordem do dia para uma melhor análise.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da senhora Vereadora Gabriela Santos.

Ponto 21 – PEDIDO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM O CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL PADRE TOBIAS.

Informação Social n.º 115/2012

Pedido formulado:

Cedência de uma refeição diária através da Santa Casa da Misericórdia de Benavente até à implementação das Cantinas Sociais.

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar**:

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Face ao exposto e por não haver quaisquer rendimentos disponíveis, propomos a cedência de 1 refeição diária (jantar) até à implementação das cantinas sociais.

Submete-se à consideração de V. EX^a o Relatório Social.

Benavente, 13 de agosto de 12

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 115/2012 e aprovar a proposta de apoio ao munícipe, pelo período de um mês.

Ponto 22 – PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE REFEIÇÕES AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM O CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL PADRE TOBIAS.

Informação Social n.º 121/2012

Ponto de Situação:

Em sequência da deliberação exarada pelo Executivo Camarário, realizada dia 27 de Fevereiro de 12, decorridos os três meses de concessão das refeições (terminou dia 27 de Maio), não houve alteração na estrutura sociofamiliar e económica do requerente.

Por orientações dadas pelo Sr. Vereador Carlos Coutinho, foi então prorrogado o prazo de cedência de 2 refeições diárias com início em 17 de Agosto, terminando em 16 de Setembro de 2012, até à implementação das cantinas sociais.

Submete-se à consideração de V. EX^a o pedido.

Benavente, 21 de agosto de 1012

A Técnica Superior, Maria Laura Carvalho

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 121/2012 e aprovar a proposta de apoio ao munícipe, pelo período de um mês.

Ponto 23 – APOIO NA CEDÊNCIA DE REFEIÇÕES.

Informação Social n.º 127/2012

PONTO SITUAÇÃO:

Na sequência das deliberações anteriores e no seguimento do acompanhamento efetuado ao Munícipe na Equipa de Tratamento de Santarém, serve o presente para informar que no dia 3 de Setembro de 2012, o Sr. tinha consulta marcada na ET de Santarém para dar continuidade ao tratamento de alcoolismo. Não foi possível confirmar se esteve presente, uma vez que, até ao momento, não nos trouxe o comprovativo de comparência na consulta, como é habitual.

Importa salientar que até ao momento e apesar dos esforços levados a cabo pela Técnica do SISS em contactar a Terapeuta do Munícipe quer telefonicamente, quer presencialmente na própria ET de Santarém, não foi possível estabelecer o referido contacto, pelo que é impossível perceber se o acompanhamento se encontra a produzir resultados positivos.

PROPOSTA/PARECER SOCIAL

Na ausência de relatório clínico que dê orientações referentes aos resultados do acompanhamento e tendo em consideração a existência de relatos vindos da comunidade referindo que o Munícipe continua a consumir álcool regularmente, propõe-se a cessação da atribuição das refeições.

Submete-se à consideração superior a proposta.

A Técnica Superior (Serviço Social)

A Coordenadora de Equipa

- Eva Teles -

- Maria do Carmo Francisco –

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 127/2012 e aprovar a proposta de cessação da atribuição das refeições ao munícipe.

Ponto 24 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA

SENHORA VEREADORA GABRIELA SANTOS

1 – FEIRA ANUAL DE BENAVENTE – TASQUINHAS

Informou que no passado sábado teve início a abertura das tasquinhas na feira anual de Benavente e que toda a parte cultural será assumida pelas coletividade e associações do concelho.

SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA

1 - FEIRA ANUAL DE BENAVENTE – TASQUINHAS

Felicitou todas as coletividades e associações do concelho que participam na feira anual de Benavente.

Seguidamente, o **SENHOR PRESIDENTE** prestou as seguintes informações:

1 – REUNIÃO COM A CCDRLVT

Informou que reuniu com o senhor Presidente da CCDRLVT, tendo em vista o processo de concertação da revisão do PDM, acompanhado do senhor vereador Miguel Cardia e do doutor António Neves e por parte da CCDRLVT para além do seu Presidente esteve presente a doutora Marta Alvarenga.

Notou que há clara intenção por parte da CCDR de classificar espaços que são urbanos, nomeadamente na Vila Nova de Santo Estevão e no loteamento urbano da Vargem Fresca, classificando-os como empreendimentos em espaço rural.

Esclareceu que a declaração de impacto ambiental do novo aeroporto de Lisboa teve em conta que o movimento de translação que fizeram na plataforma aeroportuária de dois quilómetros no sentido de Santo Estevão, veio a abranger cento e setenta lotes numa urbanização legalmente aprovada que é a da Vargem Fresca e, logicamente, os proprietários da urbanização sendo prejudicados por esta situação vão pedir indemnizações.

Em sua opinião, parece-lhe haver a intenção da CCDR em dizer que, desde que a Câmara Municipal classifique como espaço não urbano, passa posteriormente a ser da sua competência e a indemnização deixar de ser pedida ao Estado ou à ANA e passa a ser da responsabilidade da Câmara Municipal porque reclassificou o espaço.

Disse que a Câmara Municipal não vai aceitar uma situação destas de ânimo leve, ou seja, não é por ver o processo de revisão do PDM aprovado que vai cometer um erro desta natureza e deixar para quem vier a seguir um problema desta dimensão do ponto de vista financeiro.

Frisou que se trata duma urbanização com alvará de loteamento urbano emitido, com infraestruturas construídas com base no mesmo alvará e nos respetivos processos apresentados e, como tal, os proprietários dos lotes têm a expectativa de construir, sabendo também que não podem construir sacrificando sobreiros.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi que os dois espaços sejam classificados como são de espaços urbanos, antecedendo um convite que foi feito ao senhor Presidente da CCDRLVT para visitar os locais e que fizessem uma reflexão sobre a mesma.

Disse também que a CCDR pretende que a parte que não está edificada da Mata do Duque II possa vir a ser classificada como uma OPG, unidade operacional turística, sendo que aquela está dividida em parcelas de vinte mil metros, servidas por caminhos públicos tornando-se complicado reunir as parcelas que estão por edificar.

Espera que até ao final de setembro seja marcada a visita aos locais, até porque em outubro vai ter uma reunião com os senhores Secretários de Estado do Ambiente e Planeamento Rural e das Florestas com a mediação do Secretário de Estado da Administração Local, para tentar ultrapassar estas questões que resultam da fase de concertação do PDM.

2 – REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informou que se realizou na passada quinta-feira uma reunião com o Conselho Municipal de Educação, na qual foi analisada o arranque da rede dos transportes escolares e que as aulas têm início em Samora Correia no dia catorze, em Benavente no dia treze.

Informou ainda que estão marcadas as reuniões com os pais das crianças do ensino pré-escolar para dia treze em Benavente, dia catorze em Samora Correia, dia catorze também em Porto Alto, na Barrosa dia treze às dezassete horas e em Foros da Charneca no mesmo dia às dezoito horas e trinta minutos e dia catorze de setembro em Santo Estevão.

Disse ainda que a DREL veio a considerar e informar que se mantinha o funcionamento do Jardim da Infância da Barrosa.

Ponto 25 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- 5ª Alteração ao orçamento e às grandes opções do plano de 2012;
- Proposta de taxas de IMI para o ano de 2013;
- Licença Especial de Ruído;
- Unidade comercial de pequena dimensão / libertação de caução;
- Alteração ao alvará de loteamento n.º 66 de 1990 / emissão do aditamento ao alvará;
- Certidão de compropriedade;
- Protocolo a estabelecer com a associação para o desenvolvimento integrado da criança, no âmbito da expressão dramática na educação pré-escolar e do projeto de promoção do livro e da leitura através da dinamização da hora do conto nas bibliotecas municipais;

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e quarenta minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



Município de Benavente

ANEXO

- **V Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2011** (6 folhas)

Reunião da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2012

5.ª Alteração ao Orçamento

da RECEITA e da DESPESA
para o ano financeiro de



APROVAÇÃO

Câmara Municipal .. Reunião de 10/09/2012



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 5

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02	Câmara Municipal e Serviços Municipais					
02 01	Despesas com o pessoal					
02 0101	Remunerações certas e permanentes					
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho					
02 01010401	Contrato por tempo indeterminado	3.351.745,00		33.000,00	3.318.745,00	
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	89.355,00	6.120,00		95.475,00	
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	10.650,00	3.750,00		14.400,00	
02 010111	Representação	33.300,00	12.175,00		45.475,00	
02 010113	Subsidio de refeição					
02 01011301	Pessoal dos quadros					
02 0101130102	Contrato por tempo indeterminado	342.428,00		26.000,00	316.428,00	
02 01011303	Membros dos órgãos autárquicos	3.845,00	1.300,00		5.145,00	
02 01011305	Pessoal contratado a termo certo	8.107,00		1.000,00	7.107,00	
02 010114	Subsídio de férias e de Natal					
02 01011401	Pessoal dos quadros					
02 0101140102	Contrato por tempo indeterminado	193.962,00	60.000,00		253.962,00	
02 01011405	Pessoal contratado a termo certo	8.264,00	2.800,00		11.064,00	
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	140.000,00		24.500,00	115.500,00	
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais					
02 010202	Horas extraordinárias	71.500,00		7.500,00	64.000,00	
02 010205	Abono para falhas	17.000,00	2.000,00		19.000,00	
02 010210	Subsídio de trabalho nocturno	8.100,00		2.400,00	5.700,00	
02 010211	Subsídio de turno	60.000,00	500,00		60.500,00	
02 010213	Outros suplementos e prémios					
02 01021301	Senhas de Presença	7.560,00	350,00		7.910,00	
02 0103	Segurança social					
02 010302	Outros encargos com a saúde	75.000,00		17.000,00	58.000,00	
02 010305	Contribuições para a segurança social					
02 01030502	Segurança social dos funcionários públicos					
02 0103050202	Regime Geral	208.000,00		4.075,00	203.925,00	
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0201	Aquisição de bens					
02 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	132.500,00		10.000,00	122.500,00	
02 020121	Outros bens	216.550,00	5.000,00		221.550,00	



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 5

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020203	Conservação de bens	494.082,00	5.000,00		499.082,00	
02 020208	Locação de outros bens	16.000,00		4.500,00	11.500,00	
02 020210	Transportes					
02 02021001	Transportes escolares	226.400,00	25.000,00		251.400,00	
02 020220	Outros trabalhos especializados	55.500,00	1.000,00		56.500,00	
02 020225	Outros serviços					
02 02022505	Aquisição de Serviços de Cultura e de Recreio	51.100,00		14.400,00	36.700,00	
02 04	Transferências correntes					
02 0405	Administração local					
02 040501	Continente					
02 04050102	Freguesias	29.650,00	13.850,00		43.500,00	
02 0408	Famílias					
02 040802	Outras	146.800,00	80,00		146.880,00	
Despesas Correntes:		5.997.398,00	138.925,00	144.375,00	5.991.948,00	
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070104	Construções diversas					
02 07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	588.404,00	450,00		588.854,00	
02 08	Transferências de capital					
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 5

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	434.355,00	5.000,00		439.355,00	
	Despesas de Capital:	1.022.759,00	5.450,00	0,00	1.028.209,00	
	Total do Orgão 02:	7.020.157,00	144.375,00	144.375,00	7.020.157,00	
	Total de despesas correntes:	5.997.398,00	138.925,00	144.375,00	5.991.948,00	
	Total de despesas de capital:	1.022.759,00	5.450,00	0,00	1.028.209,00	
	Total de outras despesas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	7.020.157,00	144.375,00	144.375,00	7.020.157,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



5.^a Alteração às GRANDES OPÇÕES DO PLANO

para o ano financeiro de

2012

APROVAÇÃO

Câmara Municipal ... Reunião de 10/09/2012



Município de Benavente

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012
Alteração Nº 5

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas					Anos Seguintes						
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida								
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes		
01						EDUCAÇÃO						4.034.067,00	0,00	4.034.067,00	15.000,00		4.049.067,00	0,00	4.049.067,00				
01	002					Ensino básico						3.905.287,00	0,00	3.905.287,00	15.000,00		3.920.287,00	0,00	3.920.287,00				
01	002	20125004				Ação Social Escolar						604.590,00	0,00	604.590,00	15.000,00		619.590,00	0,00	619.590,00				
01	002	20125004	4			Transporte escolar gratuito e 50% passe escolar dos alunos do ensino secundário	02	02021001	04	01/12	12/12	226.400,00	0,00	226.400,00	25.000,00		251.400,00	0,00	251.400,00				
01	002	20125004	7			Aquisição de bens para confecção de refeições a fornecer nas cantinas escolares	02	020106	04	01/12	12/12	120.000,00	0,00	120.000,00	-10.000,00		110.000,00	0,00	110.000,00				
02						PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA						429.702,00	0,00	429.702,00	-18.900,00		410.802,00	0,00	410.802,00				
02	001					Cultura						429.702,00	0,00	429.702,00	-18.900,00		410.802,00	0,00	410.802,00				
02	001	20125014				Cine-Teatro de Benavente						17.000,00	0,00	17.000,00	-5.500,00		11.500,00	0,00	11.500,00				
02	001	20125014	1			Cinema	02	02022505	04	01/12	12/12	12.000,00	0,00	12.000,00	-2.500,00		9.500,00	0,00	9.500,00				
02	001	20125014	2			Actividades Culturais	02	02022505	04	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-3.000,00		2.000,00	0,00	2.000,00				
02	001	20125015				Centro Cultural Samora Correia						17.000,00	0,00	17.000,00	-6.000,00		11.000,00	0,00	11.000,00				
02	001	20125015	1			Cinema	02	02022505	04	01/12	12/12	12.000,00	0,00	12.000,00	-3.000,00		9.000,00	0,00	9.000,00				
02	001	20125015	2			Actividades Culturais	02	02022505	04	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-3.000,00		2.000,00	0,00	2.000,00				
02	001	20125016				Iniciativas Culturais						19.500,00	0,00	19.500,00	-2.900,00		16.600,00	0,00	16.600,00				
02	001	20125016	2			Dia Mundial da Criança	02	02022505	04	01/12	12/12	3.000,00	0,00	3.000,00	-2.900,00		100,00	0,00	100,00				
02	001	20125019				Feira Anual de Benavente						7.400,00	0,00	7.400,00	-4.500,00		2.900,00	0,00	2.900,00				
02	001	20125019	1			Locação bens	02	020208	04	01/12	12/12	6.000,00	0,00	6.000,00	-4.500,00		1.500,00	0,00	1.500,00				
07						PROTECÇÃO CIVIL						339.827,00	0,00	339.827,00	5.000,00		344.827,00	0,00	344.827,00				
07	003					Segurança Edifícios Municipais						20.530,00	0,00	20.530,00	5.000,00		25.530,00	0,00	25.530,00				
07	003	20125036				Manutenção de sistemas intr. e detecção de incêndios	02	020203	02	01/12	12/12	12.300,00	0,00	12.300,00	5.000,00		17.300,00	0,00	17.300,00				
12						COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES						836.943,26	368.519,00	1.205.462,26	450,00		837.393,26	368.519,00	1.205.912,26				
12	001					Ruas e arruamentos						689.862,00	323.519,00	1.013.381,00	450,00		690.312,00	323.519,00	1.013.831,00				
12	001	2005 29				Benef./ reabilitação rede urbana concelhia						33.850,00	215.280,00	249.130,00	450,00		34.300,00	215.280,00	249.580,00				
12	001	2005 29	3			Arruamentos de Santo Estevão e Foros de Almada	02	07010401	03	01/05	12/12	4.750,00	116.380,00	121.130,00	450,00		5.200,00	116.380,00	121.580,00				
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												406.450,00	116.380,00	522.830,00	1.550,00	0,00	408.000,00	116.380,00	524.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____